

# PORTUGAL NAS TUAS MÃOS.

#SIMÃO RIBEIRO 2014



MOÇÃO DE  
ESTRATÉGIA GLOBAL

PRIMEIRO SUBSCRITOR:  
SIMÃO RIBEIRO

# ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| <b>Nota Introdutória</b> .....                              | 2  |
| <b>A Educação, a Cidadania e o Estado Social</b> .....      | 7  |
| / Educação .....  | 8  |
| / Ensino Superior .....                                     | 10 |
| / Cidadania .....   | 15 |
| / Saúde .....   | 17 |
| / Segurança Social.....                                     | 18 |
| <b>Emprego e Crescimento Económico</b> .....                | 20 |
| <b>Sistema Político, Administração e Justiça</b> .....      | 31 |
| / Sistema Eleitoral.....                                    | 32 |
| / Administração Pública .....                               | 33 |
| / Poder Local e Regional.....                               | 35 |
| / Justiça .....   | 36 |
| <b>Portugal e os Portugueses na Europa e no Mundo</b> ..... | 39 |
| <b>Uma JSD que se relança 40 anos depois</b> .....          | 41 |
| <b>Síntese</b> .....  | 44 |

# NOTA INTRODUTÓRIA

---

Comemoramos em Portugal neste ano de 2014 os primeiros 40 anos de democracia e de liberdade. Assinalamos em Portugal também neste mesmo ano os primeiros 40 anos da Juventude Social-Democrata, uma estrutura que muito tem contribuído para a evolução que Portugal registou neste período democrático.

Após 40 anos de existência, a JSD está tão viva e atual como nos momentos de maior intensidade da sua história, uma história intensa, mas que não fez a JSD perder fulgor, bem pelo contrário. Assente sobre dois pilares fundamentais da sua ação, o progresso e a tradição, tem sabido contribuir para o desenvolvimento do País, honrando o passado e tentando sempre libertar o futuro dos constrangimentos do presente, em direção a um País mais próspero e mais justo. A tradição e o progresso que sustentam o edifício da JSD só podem ser entendidos conjuntamente: é por isso que rejeitamos frontalmente quer o conservadorismo, quer a transformação por convulsões e ou ruturas sociais. Queremos isso sim, com ousadia e frescura - características da juventude, construir novas propostas com vista a um futuro melhor, fruto de um debate de ideias aberto e plural que permita os consensos necessários para melhorar a vida dos cidadãos e do País, gradualmente e em progresso contínuo.

Assumimos nesta Moção de Estratégia Global um compromisso sólido com a ideologia e o programa do Partido Social Democrata, numa visão personalista, e assente nos princípios da liberdade, da igualdade e da solidariedade, orientados pelo prumo da justiça.

Assumimos a liberdade individual e de cada geração na definição dos seus projetos de vida, sem onerar em demasia as futuras gerações, e garantindo-lhes um planeta e um País onde possam viver em boas condições ambientais e sociais. Compreendemos também a relação entre a propriedade privada e a liberdade individual, sem negar os fins sociais que devem enquadrar o uso da propriedade.

O princípio da igualdade tem de ser um princípio central na construção social, na ação política e nos procedimentos administrativos e jurisdicionais. Defendemos o princípio da igualdade concretizado fundamentalmente como uma igualdade de oportunidades e de tratamento não discriminatório, ainda que com tratamento diferente consoante as diferenças concretas relevantes e legítimas, como o mérito e a situação concreta de cada pessoa. Entendemos também que deve ser dada uma especial atenção à igualdade

de oportunidades às pessoas que estejam numa situação de especial desigualdade à partida, nomeadamente por serem oriundos de meios socialmente desfavorecidos.

Pugnamos ainda por uma política pautada pelo princípio da solidariedade entre diferentes estratos sociais e entre diferentes gerações, incluindo com as gerações vindouras, num compromisso de maior coesão e contínua melhoria social.

Trabalhamos finalmente para construir um País e uma sociedade mais justos, com a valorização da ética na vida pública, onde todos possam ter uma voz, uma segurança pessoal, uma liberdade e um espaço para a realização pessoal (política, profissional e afetiva) e para a procura da felicidade.

Esta Moção de Estratégia Global assume também um compromisso com a defesa do cumprimento da Constituição vigente em cada momento, sem prejuízo das revisões que venham a ser feitas, e em que convictamente acreditamos. Acreditamos que a Constituição tem um papel fundamental no Estado português e, como instituição democrática e progressista, somos apologistas do seu estrito cumprimento, sem dogmatismos mas dentro da flexibilidade e pluralismo do debate e confronto político-democráticos que a própria Lei Fundamental prevê e determina.

Acreditamos também num Portugal aberto ao mundo, fazendo jus à especial vocação global dos portugueses, como descobridores outrora, como o povo que deu novos mundos ao mundo, e hoje como visitantes ou emigrantes. Defendemos uma diplomacia assente na paz e na cooperação, mas que saiba o papel que tem do ponto de vista do desenvolvimento, bem como uma economia que saiba aproveitar esta nossa cultura de diálogo e de presença nos vários continentes.

A JSD enuncia e defende ainda através deste documento um modelo de desenvolvimento económico e social baseado no conhecimento, em linha com as vontades e a estratégia europeias, valorizando a educação e o trabalho como formas de ascensão social, e assumindo que uma sociedade desenvolvida como a que ambicionamos terá necessariamente de conseguir maior coesão social. A este respeito, e tendo em consideração a vocação profundamente internacionalista da JSD, entendemos ser fundamental dedicar uma especial atenção aos países de Língua Oficial Portuguesa, com quem partilhamos para além da Língua, a cultura, a história e laços de amizade que se mantiveram ao longo dos tempos.

Propomos também uma reflexão sobre o papel dos cidadãos numa democracia avançada, e como este se coordena com o papel das organizações políticas, em particular dos partidos, incluindo também o próprio papel que deve caber à JSD.

Sabemos da responsabilidade que encerra o próximo mandato da JSD, mas terão nas próximas páginas uma visão do País e da sociedade em que acreditamos, que queremos e que tudo faremos para construir. Um País é um projeto inacabado, mas que tem metas definidas no tempo; deve por isso dar, exigir e devolver a cada geração as melhores as condições de vida para todos os que nele vivem. Assumimos a ambição de querer fazer melhor, honrando o passado e libertando o futuro de Portugal.

A presente moção está estruturada em 5 partes, cada uma delas uma linha de força própria para impulsionar o País e a ação política para a construção de um Portugal melhor. Apesar de cada parte assentar numa visão autónoma, todas contribuem para uma visão política integrada, implicando-se mutuamente e reclamando uma coerência de princípios e medidas às outras partes. Assim, esta Moção Global de Estratégia apresenta-se como a articulação das seguintes linhas de força: Educação, Cidadania e Estado Social; Emprego e Crescimento Económico; Reforma do Sistema Político, Administração e Justiça; Portugal e os Portugueses no mundo; e uma JSD que se relança 40 anos depois.

A presente Moção de Estratégia Global traduz uma visão de futuro que desejamos e queremos construir, materializando um ponto de partida para a ação política da JSD no mandato 2014-2016: não são posições de intransigência, mas posições de partida para o debate que, em democracia, tem necessariamente de ser plural e aberto à participação da sociedade e dos cidadãos. Se não se trata aqui de posições intransigentes, estão nesta Moção, isso sim, posições de força! Porque os problemas e as questões que colocamos nesta Moção não podem ficar sem resposta e acreditamos que, quanto mais cedo os enfrentarmos, melhores serão as possibilidades de atingir boas soluções, de chegar a um maior consenso social e político à volta de tais soluções e menores serão os sacrifícios exigidos a todos os cidadãos, em particular os mais vulneráveis e as gerações mais jovens.

É importante dizer ao que vimos desde o início e a presente Moção recusa ser um dogmático livro mágico com todas as soluções para problemas que são complexos, que interferem profundamente com a vida das pessoas e que jamais poderão ser debelados por um determinado grupo de pessoas. Rejeitamos fazer o papel de um grupo de jovens que se sente à frente de tudo e de todos, à frente até do seu tempo, fechados numa torre de marfim de teorias e ideologias que nada dizem às pessoas e que nada por elas podem fazer. Bem pelo contrário, a JSD quer ser igual a si própria: aproveitando a sua implantação nacional, feita de vida real das pessoas, conhecendo os seus problemas e as suas aspirações, sem negar as dificuldades do equilíbrio concreto na procura de respostas aos diversos problemas, na JSD lutamos todos os dias para estar à altura do nosso tempo, nas suas questões concretas, dos problemas que não marcam hora, nem

podem ser ignorados hoje. Só assim podemos, a partir de soluções robustas, construir um futuro melhor.

Ousamos um Portugal melhor, mas sabemos que só a ele chegaremos a partir da realidade nacional do nosso tempo, que reclama de nós uma ação política corajosa, sem demagogias, com proximidade às pessoas.

Estamos convictos de que este Portugal melhor é possível a partir das novas gerações, as mais qualificadas de todos os tempos da História de Portugal, as mais globais e cosmopolitas, as que têm acesso a mais informação, as que mais instrumentos têm à sua disposição para participar ativamente na sua comunidade, dia-a-dia, causa a causa. E é com cada jovem destas gerações que queremos construir este futuro comum; eis a razão do mote desta Moção! Queremos lembrar a cada jovem que ele é parte importante da construção deste futuro. Queremos dizer a cada jovem, chamando-o ao papel que lhe cabe por direito: **Portugal está na tuas mãos!** Este é assim um grito de autonomia não apenas das gerações mais jovens, cuja participação é essencial para um projeto de futuro democrático para o nosso País, mas também um grito de liberdade de todos os cidadãos, que têm nas suas mãos o futuro coletivo e os desígnios nacionais, porque acreditamos que o Estado é uma construção dos cidadãos que tem de estar ao serviço de todos nós; o Estado não pode encontrar os seus fins em si próprio, perdidos nos seus processos políticos e ou administrativos, alimentando-se dos recursos das famílias e da economia e passando por cima das aspirações dos portugueses e da sua procura individual pela realização pessoal e a felicidade. Seja esta moção então o ponto de partida para **Portugal nas tuas mãos!**

Numa palavra final deste texto introdutório não quero deixar de dirigir umas palavras a todos os que colaboraram na elaboração desta Moção, de forma direta na discussão dos temas aqui abordados, no envio de contributos, na comunicação das reflexões que têm vindo a ser feitas no trabalho diário e discreto da JSD em cada distrito e em cada concelho; esse trabalho longe dos holofotes é essencial para podermos como Juventude do Partido Social Democrata servir o País e os Portugueses. Sem ele não seria possível coligir esta Moção de Estratégia Global. Muitos contributos acabaram por não ser incluídos numa moção que pelo seu escopo não pode ser enciclopédica, e que na procura de uma coerência de posições implica fazer opções: no fundo é esta a arte política – fazer escolhas ao serviço das pessoas. Ainda assim é com profundo reconhecimento que incluo neste agradecimento todos os contributos, independentemente de terem sido acolhidos, de serem apenas marginalmente abordados, ou de não serem mencionados. A elaboração desta moção de forma participada é já em si a semente da participação democrática que desejamos ativar cada vez mais na nossa sociedade.

Não por o agradecimento ser maior, mas sobretudo porque defendemos a responsabilidade política das posições assumidas, quero agradecer aos responsáveis pelo conteúdo total ou parcial desta moção, ou responsáveis pelos diversos contributos que fizeram parte da sua redação. Sendo cada um responsável pela sua quota-parte, todos são um pouco responsáveis e detentores do mérito deste texto que é presente ao XXIII Congresso da Juventude Social Democrata.

A todos vocês agradeço, mas deixo uma palavra de especial agradecimento a todas as pessoas que mais anonimamente e ou de forma mais discreta não deixam de participar, não deixam de estar disponíveis para a política, o Partido e a JSD, se recusam deixar vencer pelas pseudo-inevitabilidades que nos tentam vender todos os dias e que dizem presente desde a mais remota reunião da mais pequenas secção até este Congresso: conto convosco para nos próximos anos construirmos em conjunto **Portugal nas tuas mãos!**

**Cristóvão Simão Ribeiro**

## A EDUCAÇÃO, A CIDADANIA E O ESTADO SOCIAL

---

A cidadania própria de uma democracia participativa e plural e o Estado Social, constituído como forma de garantir a igualdade, a justiça e a liberdade efetiva para todos os cidadãos, garantindo a cada um os seus direitos, liberdades e garantias constitucionais através da efetivação ativa desses direitos, são o núcleo essencial que a nova República inaugurada em 1974 instituiu em Portugal.

O Estado Social é uma conquista preciosa e necessária a uma democracia avançada. A função do Estado de reconhecer os mínimos sociais devidos a cada cidadão e de garantir o acesso a tais serviços e prestações é um assunto da máxima importância e que não está do nosso ponto de vista em causa quando se abre o debate sobre a reforma do Estado. De facto, acreditamos neste papel de Estado criar, organizador, regulador e financiador dos sistemas de prestação e proteção social, mas desse papel não decorre a necessidade de que seja o mesmo Estado o prestador de tais direitos.

A reflexão sobre a reforma do Estado, a que muitos se furtaram nos últimos anos, demitindo-se dessa responsabilidade política, é um imperativo para qualquer ação política responsável, porque quem defende o Estado Social, como nós defendemos, sabe que é importante garantir a sua sustentabilidade, pois é ela a condição indispensável para a sua manutenção.

O Estado Social que defendemos, que tem reflexo nas disposições constitucionais vigentes, é um Estado que garanta prestações educativas e de saúde, por um lado, e que salvaguarde um apoio condigno a quem se encontre involuntariamente numa situação de especial vulnerabilidade e ou carência, nomeadamente situações de desemprego, bem como a todos os que, ao fim de uma vida de contribuições, justamente se aposentam ou aqueles que são portadores de alguma deficiência e que merecem ser necessariamente apoiados.

## */ Educação*

Consideramos que o sistema educativo é o pilar prioritário de qualquer democracia avançada e de qualquer economia baseada no conhecimento. Um povo sem educação não pode ser um povo esclarecido na participação e na construção da comunidade comum, nem consegue ser um povo de voto consciente. Pelo contrário, um povo educado é um povo capacitado para fazer escolhas consequentes, para intervir mais livremente, para participar e debater os mais variados assuntos de forma autónoma, séria e responsável; é um povo de cidadãos qualificados para conhecerem as leis do seu País, para as compreenderem, para cumprirem as obrigações que delas advêm e para exigirem os direitos que elas lhes reconhecem.

É para nós por isso fundamental não perder a mão no enorme avanço educativo que Portugal teve no último século, e continuar a trabalhar não apenas no sentido da convergência de qualificações com os demais países europeus, mas fazendo também caminho no sentido de progredir o sistema educativo português para preparar as crianças e jovens de hoje para a sociedade de amanhã.

Para cumprir este propósito defendemos a continuação do alargamento do ensino pré-escolar, quer garantindo a sua gratuitidade logo a partir dos 2 anos, um ano antes do que atualmente acontece, quer alargando a escolaridade obrigatória ao último ano do ensino pré-escolar. Conhecendo a correlação que tem vindo a ser largamente demonstrada entre anos de escolarização precoce e o sucesso escolar futuro, parece-nos que o início do percurso de escolaridade obrigatória um ano antes do período de escolarização formal permite que todos os alunos possam ingressar num processo de socialização de forma não simultânea com o seu percurso de escolarização formal, de forma a que as dificuldades próprias de cada um não contaminem o sucesso do outro. Estas medidas devem ser implementadas num período temporal definido, que saiba tirar partido dos números da redução da natalidade, otimizando o aproveitamento da capacidade instalada, e reforçando-a sempre que necessário.

Será importante também, no que à educação diz respeito, corrigir ou aprofundar medidas a que temos vindo a assistir na última década, procurando melhorar os seus efeitos e minorar as suas deficiências. Assim, a noção de escola a tempo inteiro deve ser alargada e recentrada quer nos seus objetivos sociais, quer nos seus objetivos pedagógicos: escola a tempo inteiro não pode significar aulas a tempo inteiro! Assim, defendemos que a função da instituição escolar deve integrar uma valência de atividades não letivas, integrada na alçada da devolução de competências aos municípios, de forma a que o ano e as atividades escolares que hoje conhecemos estejam integradas num horizonte de ação mais vasto que é o acompanhamento

educativo das crianças e jovens em idade escolar. As escolas passariam a cumprir uma função que hoje é exercida por ATLS e salões de estudo, permitindo ainda aos alunos dispor de um conjunto alargado de atividades extracurriculares, de presença facultativa, funcionando em horário alargado, das 08h às 20h, de 01 de setembro a 31 de julho; isto sem prejuízo do horário e calendário próprios das atividades letivas, de presença obrigatória, como hoje acontece. Tal medida, se por um lado promove uma igualdade de acesso a atividades educativas em sentido lato, por outro pode traduzir-se num apoio às famílias e à organização do trabalho e dos períodos de férias dos trabalhadores e das empresas, uma vez que reduz os condicionamentos de disponibilidade para o trabalho das pessoas que têm crianças e jovens à sua guarda.

Também ao nível curricular os conteúdos têm de introduzir conceitos sociais, económicos e políticos que se mostram essenciais nos dias de hoje, e que mais se prevê virem a sê-lo no futuro. Tais conteúdos constituem uma obrigação da comunidade de dar formação e capacitação cívica a cada criança e jovem. Não é desejável numa democracia avançada que os cidadãos não conheçam as instituições políticas existentes e o seu funcionamento, não as consigam distinguir e ou não saibam como com elas se relacionar; da mesma forma qualquer cidadão tem precocemente de aprender a relacionar-se com conceitos económicos e jurídicos básicos, de forma a que consiga ser operativamente autónomo nestes domínios quando adulto, conhecendo nomeadamente os seus direitos e os mecanismos à sua disposição para os exercer e exigir. Finalmente, deve uma educação integral incluir uma aquisição de competências de gestão financeira básica, de forma a que cada cidadão possa autonomamente gerir da melhor forma o seu rendimento e o seu património quando adulto.

O sistema educativo deve continuar a desenvolver-se no sentido de garantir a um cada vez maior número de alunos a possibilidade de, simultaneamente à sua formação escolar, se qualificarem para o exercício de uma profissão, aumentando a abrangência dos percursos duais.

A evolução que temos enquanto sociedade e enquanto povo mede-se também pela forma como tratamos os mais desprotegidos, e os mais fracos. É fundamental que se melhorem as condições de trabalho na educação especial, tudo fazendo para dar o maior grau de autonomia possível aos estudantes ao abrigo deste regime, possibilitando que o trabalho dos docentes possa ser complementado por terapeutas da fala e ocupacionais.

Mas nenhuma verdadeira reforma educativa pode ser feita à margem da profissão docente. Nos últimos dez anos a condição docente deteriorou-se: fruto de sucessivos ataques políticos, desprestigiou-se uma classe profissional que, tantas vezes, pela sua resposta corporativa, aumentou ainda mais a alienação da profissão no seio das

comunidades onde a escola está inserida. De facto, questões profissionais como o acesso à profissão docente, o estatuto de carreira, a avaliação de desempenho não podem ser questões que sejam ignoradas pelo poder político, mas também não podem ser decisões impostas aos profissionais sem qualquer tentativa de negociação e consenso, nem podem ser – o que é pior! – formas de precarizar a condição docente.

A docência é das funções mais nobres numa democracia que se quer baseada no conhecimento, e sobre a função docente recai a responsabilidade de primeira linha da preparação do futuro do País. É nesta medida que a JSD afirma sem qualquer dúvida a absoluta necessidade de reforçar e melhorar a condição docente, respeitando e aproveitando a potencialidade dos profissionais, melhorando as suas condições e exigência laborais (com implicações familiares profundas), nomeadamente no que aos concursos e colocações diz respeito. Não podemos continuar a ter anos letivos preparados no mês de agosto. Cada ano letivo deve ser preparado com uma antecedência mínima de pelo menos meio ano, até de forma a permitir que mesmo os profissionais que terão de se deslocar grandes distâncias o possam fazer atempadamente, programando a sua vida pessoal e familiar com a serenidade que decisões tão importantes merecem. É imperioso recuperar a confiança dos docentes no sistema educativo, que não pode continuar a tratá-los como um qualquer recurso desse sistema, mas que tem de os reconhecer como pessoas essenciais à função educativa que cumpre ao sistema desempenhar.

## */ Ensino Superior*

O ensino superior é em primeira instância uma responsabilidade do Estado, que deve garantir a existência de uma rede pública, regular este ensino, e garantir a sua racionalidade e qualidade da oferta e excelência na sua gestão. Para a JSD que preconizamos, a Educação, a Ciência e o Conhecimento são o caminho para um país desenvolvido e de futuro.

Com o passar do tempo, e com a dispersão de oferta e de instituições que temos hoje no território, é óbvia e por demais repetida a necessidade que existe de reorganizar esta rede. Contudo, não basta apenas enunciar o princípio. Devemos saber como o fazer. Que visão temos para o sistema binário? Como se operacionaliza essa visão? Parece-nos que o sistema binário tem necessariamente de assentar no modelo que melhor potencia sinergias possíveis entre as diversas missões do ensino superior e que permita aumentar a massa crítica, independentemente de verificarmos que esta distinção ocorra a nível de instituição, unidade orgânica ou ciclo de estudos. De facto, se conclusão há a tirar da integração de em determinadas universidades de escolas de cariz politécnico é que daí não adveio mal algum, e que pode ser essa uma forma de

reduzir o número de IES (começando pelas escolas superiores de enfermagem não integradas).

Acreditamos que o debate da estratégia para o ensino superior tem de ocorrer incluindo todos os agentes e para isso acreditamos que a constituição do Conselho Coordenador do Ensino Superior (CCES), deve acontecer o mais rapidamente possível e entrar em regular funcionamento, com reforço do seu papel na área da ação social (integrando os fundamentos do antigo CNASES).

A racionalização da rede pública de ensino superior deve ter como pilares critérios de qualidade, de boa gestão, e de resultados, e não meramente economicistas. Encerrar por princípio é um erro por ignorar o papel fulcral que a dispersão territorial das IES assume enquanto motor de desenvolvimento em muitas regiões. Contudo, realçamos que defendemos o encerramento imediato de todas as formações que não tenham a qualidade necessária para se manter em funcionamento segundo os critérios da A3ES, independentemente do seu carácter público ou privado ou público. Cremos isso sim, na vantagem dos ganhos de escala, na proximidade geográfica como fator potenciador da colaboração, e na necessidade de uma colaboração estreita da investigação com o meio empresarial. Temos a oportunidade de congregiar recursos para otimizar a sua aplicação, potenciar a capacidade instalada e a implementação territorial que dispomos. Acreditamos que podemos reorganizar a oferta formativa, evitando duplicações, garantindo uma diversidade e adequada cobertura do território nacional e melhorar a qualidade através da concentração de massa crítica. Mas racionalizar a oferta não é apenas fechar o que não tem qualidade, ou repensar a cobertura e qualidade da mesma oferta, é também promover a transparência e comparabilidade dessa oferta existente. Uma medida simples e que promoverá sem dúvida a transparência e comparabilidade é a racionalização e regulação das nomenclaturas dos cursos de formação inicial, medida que apesar de simples, teria um significativo efeito no sistema.

É nosso entendimento, apesar de poder parecer contrário à visão política de muitos, que o papel da empregabilidade na fixação das vagas não deve ser preponderante, isto é, sem prejuízo de estar disponível (como está definido que deve estar) a informação sobre a empregabilidade de cada curso, esta não deve ser a única condição para a extinção de vagas. O fecho indiscriminado de vagas apenas porque a população com essa formação temporariamente não encontra saídas profissionais é principalmente um caso de desperdício de capacidade instalada, pois o seu encerramento não representa absolutamente nenhuma redução de despesa pública com o curso em causa.

Após uma década de implementação da adaptação do ensino superior no Processo de Bolonha estão ainda por criar e regulamentar seriamente os ciclos curtos de ensino superior que correspondam não apenas aos congéneres estrangeiros, mas também às

expectativas dos estudantes e dos empregadores. A confusão existente atualmente, com a existência simultânea de CET e TESP, sem que nenhum cumpra tal papel significa uma utilização ineficaz dos recursos públicos e tais formações traduzem-se muitas vezes - o que é mais grave - em becos sem saída para quem as cursou, sem um verdadeiro valor no mercado de trabalho. Esta é uma situação que é nosso entendimento deve ser revista, em linha com a opinião de vários agentes do ensino superior.

Ao longo dos últimos anos, a dotação orçamental das instituições tem sofrido significativas reduções, o que tem pressionado as instituições de ensino superior para diversificar as fontes de financiamento, ao mesmo tempo que iniciaram processos de reestruturação que pretendem acomodar cortes sem prejudicar os seus resultados de ensino e investigação. Tal redução das dotações orçamentais tem resultado também no aumento da responsabilidade dos estudantes no seu financiamento, com o aumento do peso da receita proveniente do pagamento de propinas e outras taxas devidas pelos estudantes na receita global da instituição. Tais reduções têm sido realizadas indiscriminadamente sem qualquer ponderação dos resultados de cada uma das instituições, contrariando o sentido da legislação que estabelece as bases do financiamento das instituições, que prevê a existência de uma fórmula de financiamento com parâmetros conhecidos à partida, o que simultaneamente introduziria racionalidade na distribuição das verbas disponíveis e aumentaria a previsibilidade desse financiamento. As IES têm preferido frequentemente reduzir os serviços prestados (como a redução de horários de funcionamento, por exemplo) prejudicando a sua missão de prestar serviços de qualidade, em vez de iniciarem processos sólidos de reorganização que sejam uma alternativa preferível a tal redução de serviços. Por sua vez, tem sido sobre os estudantes que tem recaído um aumento da responsabilidade no financiamento do sistema, não só pelos aumentos de propinas mas pela criação de novas taxas e emolumentos, que mostram ser mecanismos camuflados de suplantar o valor constitucional do atual valor da propina. Esta situação é tão mais grave pois estes encargos convivem com um sistema de ação social que falha no seu mandato de garantir que nenhum estudante é excluído do sistema de ensino superior por carência económica.

Cabe à JSD propor, no nosso entendimento, no que à distribuição das dotações orçamentais para funcionamento das IES, que se cumpra a lei, publicando a fórmula baseada em “critérios objetivos de qualidade e excelência, valores padrão e indicadores de desempenho equitativamente definidos para o universo de todas as instituições e tendo em conta os relatórios de avaliação conhecidos para cada curso e instituição”, conforme podemos ler na Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto, a lei de financiamento do ensino superior. Defendemos ainda a necessidade de evoluirmos no sentido de as IES poderem aceder a financiamento de carácter plurianual associado a programas de desenvolvimento institucional (caso dos contratos-programa ou dos contratos de

confiança, assinados pelo MCTES com algumas IES e nunca cumprido da parte governamental).

Nas IES de iniciativa pública os serviços de ação social (SAS), são organismos com autonomia financeira e de base institucional, e que asseguram as funções de ação social. Hoje, o financiamento deste tipo de serviços é feito sem qualquer tipo denexo, prejudicando uns, e privilegiando outros, com atribuições financeiras aos SAS das IES completamente díspares no valor por aluno (sendo que as bolsas de estudo são pagas através do Fundo de Apoio Social e não estão, por isso, integradas nesta rubrica orçamental). É urgente uma harmonização das regras de atribuição de fundos aos SAS para que não haja em Portugal estudantes de primeira, e de segunda ou terceira. É fundamental combater o abandono escolar que tem por base a carência financeira, e o sucesso dessa batalha só pode ser atingido com os SAS a procurar proactivamente as situações de carência na instituição e coordenando o seu trabalho com as entidades no terreno que desenvolvem a sua intervenção na proteção dos cidadãos com mais poucos recursos.

Não concordamos também com a utilização dos rendimentos ilíquidos do agregado familiar para efeitos de atribuição de bolsa e do seu cálculo, pois parte destes rendimentos não estão de facto disponíveis ao agregado familiar, o que vem em parte falsear o resultado, nem com a manutenção da utilização do Salário Mínimo Nacional como critério para a definição do preço mínimo para a refeição social e para o alojamento (segundo Despacho n.º 22 424/2002), propondo em alternativa, e em linha com as restantes políticas sociais que esteja indexado ao IAS (índice mais estável no tempo).

Defendemos ainda que o Programa Retomar, no qual revemos um objetivo nobre deve ser redesenhado com vista a melhorar a sua eficácia.

No momento de um estudante se candidatar ao ensino superior cremos que deve hoje poder candidatar-se a um número superior de pares estabelecimento-curso, aumentando assim o leque de possibilidades e garantias de ser colocado.

Vemos na mobilidade internacional, e no Programa Erasmus, acima de tudo, um programa de paz e harmonia entre povos, mas também uma garantia de maior cosmopolitismo, multiculturalidade e capacidade de comunicação entre os estudantes que têm a possibilidade de usufruir deste programa. Assim, acreditamos que devem ser reforçados os meios (incluindo financeiros) para alargarmos a mobilidade internacional, como única forma de cumprirmos as metas traçadas internacionalmente e comunitariamente nesta matéria a que nos comprometemos.

São mais do que evidentes as vantagens para as sociedades e economias nacionais e para a integração europeia que os processos de mobilidade do ensino superior trazem.

No âmbito das políticas de qualidade e avaliação do ensino superior, temos caminhado no sentido de implementar uma cultura de avaliação regular. Este é um processo moroso, com resistências de várias ordens, mas necessário, e esperamos que irreversível. Portugal é por natureza avesso à cultura de avaliação, mas é a melhor forma de incentivar e garantir a melhoria da qualidade das formações oferecidas.

Está desde 2010 em curso um exercício experimental de envolvimento de estudantes nas chamadas CAE, as Comissões de Avaliação Externa da A3ES, que cremos haver dados suficientes para o passo seguinte, isto é, garantir a presença de um membro estudante de pleno direito em cada CAE.

Acreditamos na avaliação, e a avaliação tem de ter, naturalmente, resultados. Apesar de não entendermos que a implementação de sistemas de *rankings* seja adequada pela subjetividade subjacente a uma ordenação pura e dura, cremos que existem vantagens na implementação nacional ou europeia de um sistema de rankings com 4 níveis positivos de qualidade, cuja classificação seria atribuída à instituição como resultado da sua avaliação global pela A3ES, bem como aos cursos individualmente considerados. Tal sistema de *ratings*, uma vez implementado, e devidamente articulado com a avaliação da investigação, hoje já feita pela FCT, deve ser a base do sistema de qualidade na qual deve assentar a possibilidade das IES ministrarem cursos de 3.º ciclo.

Os docentes do ensino superior dividem hoje o seu tempo nas várias responsabilidades que têm, independentemente da sua maior apetência, gosto, ou competência por cada uma dessas responsabilidades ou obrigações. Julgamos que isto deve ser repensado, abrindo portas a perfis diferenciados. Propomos 3 perfis diferenciados, o de investigador, o de docente predominantemente investigador e o de docente que predominantemente leciona. Dentro destes 3 perfis as IES devem poder distribuir o trabalho, de investigação e letivo, mais de acordo com os resultados e apetências de cada docente, e de forma justa, tratando de forma diferente pessoas com capacidades e competências diferentes.

Tais perfis diferenciar-se-iam sobretudo pela ponderação da docência no seu horário de trabalho. Ao nível institucional, sublinhe-se que há ganhos de escala e de massa crítica que podem ser obtidos pela transição do vínculo dos docentes e dos investigadores para as IES, e não às unidades orgânicas, sem prejuízo do serviço docente e da investigação se realizarem nas unidades orgânicas, como hoje acontece. Tal medida permite, por exemplo, completar os horários incompletos existentes com profissionais

já vinculados à IES, sem ter de estar à procura de novos profissionais para contratar, apenas pelo facto de estarem a prestar serviço em outra unidade orgânica. Possibilita-se assim uma aproximação entre número de docentes e horários equivalentes a docentes em tempo integral (ETI), simultaneamente reduzindo o número de profissionais, melhorando as suas condições de trabalho, comprometendo-os mais com a IES e permitindo escolher os melhores, oferecendo-lhe condições laborais e organizacionais superiores.

Paralelamente, e enquanto esta mudança não ocorre, é urgente a alteração do número de horas letivas por docente, que permita melhorar os resultados e ter ganhos de escala. Este aumento deve ser no mínimo de 3 horas semanais letivas por docente, passando das 9 para 12 no ensino universitário e de 12 para 15 no ensino politécnico. Acreditamos que esta alteração além da possibilidade de diminuir a despesa pública não terá repercussões nos resultados de investigação.

A importância e a centralidade que têm vindo a ser colocadas na valorização económica dos resultados da investigação científica e na relação da academia com o tecido empresarial, trazem para primeiro plano as regras da propriedade intelectual, e a necessidade de harmonizar estas normas para todas as IES públicas. Acreditamos que, sem abandonar a hipótese de a IES licenciar ou alienar preferencialmente aos investigadores responsáveis pelo avanço científico ou tecnológico a propriedade intelectual sua, a preços de mercado, a propriedade intelectual da investigação produzida e dos serviços prestados deve ser inequivocamente desta, sendo sua toda a produção intelectual no caso dos docentes e investigadores em regime de exclusividade. A clarificação desta questão e a sua regulamentação de forma harmoniosa é imperativa para a correta e saudável melhoria da interface conhecimento-economia.

## */ Cidadania*

A experiência de 4 décadas de regime democrático não deve ofuscar a necessidade permanente de alimentar os valores democráticos, aprofundando a participação política, aproximando todos os cidadãos dos assuntos comuns a que todos dizem respeito e procurando responder às aspirações mais profundas do povo. É a este “estádio seguinte” do pulsar democrático que a JSD chama de democracia ativa, que pressupõe uma profunda identificação entre os cidadãos e os seus representantes, ligação reforçada eleitoralmente, como não podia deixar de ser; não se limitando porém o fundamento democrático do regime ao facto de existirem eleições, à soberania residir teoricamente no povo, ou ao facto de Portugal ser organizado como um Estado de Direito. A cidadania ativa que defendemos e ambicionamos pressupõe não apenas a aproximação dos cidadãos aos seus governantes e representantes, mas

também pressupõe um aprofundamento de múltiplas formas de participação dos cidadãos nos processos comuns, tanto no que aos poderes legislativo, administrativo e judicial diz respeito, como no que toca ao nível nacional, regional ou local do exercício do poder. O caminho para tal cidadania ativa não é novo na sua aspiração mas temos de reconhecer que está ainda por cumprir na sua concretização. As várias revoluções de que somos herdeiros (liberal, republicana e dos cravos) colocaram sempre as aspirações do regime a desenvolver na liberdade individual e nunca esqueceram de apontar o caminho necessário para que o regime que sonhavam subsistisse: todos, de uma forma ou de outra, assinalaram como imperioso um sistema educativo de vanguarda, que forme cidadãos no pleno sentido do termo, não esquecendo os Constituintes de 76 o papel central que tem a investigação científica e a procura do conhecimento, de forma não estatalmente controlada, e a fruição da cultura, na construção da democracia, reconhecendo-os mesmo como direitos análogos aos direitos fundamentais no nosso regime constitucional. Onde quer que haja por isso responsabilidade política e ímpeto democrático não pode haver no nosso entendimento demissão do poder político perante a promoção do acesso de todos à educação e ao conhecimento, à investigação e divulgação científica e à produção e fruição da cultura, independentemente da condição económica ou social, da instrução, ou de qualquer outra característica na prática verificável. Este é um ponto para a JSD incontornável e imprescindível a qualquer democracia avançada. Deve ficar claro, todavia, que tal não significa que compete ao Estado ou aos poderes públicos serem primeiramente os prestadores, produtores ou financiadores da educação, da ciência e da cultura. Para a JSD compete ao Estado e aos poderes públicos garantir o direito ao acesso à produção e à fruição de tais direitos e o estabelecimento de incentivos que os promovam livremente; Isto é, defendemos que idealmente educação, ciência e cultura são uma responsabilidade de uma sociedade civil educada, crítica e culta, sem conceder que compete ao Estado supletivamente promover tais instituições sociais enquanto estas não brotarem de tal sociedade civil de uma forma natural.

Sobre esta base de democracia avançada que a JSD defende e considerando já inscrita no texto constitucional vigente, devem estar organizadas os demais sistemas de garantia dos chamados direitos de segunda geração, que Portugal de Abril tão ousadamente prometeu, com sucessos que nos devem orgulhar a todos na área da Saúde e da Proteção Social dos trabalhadores, mas que fruto de uma ação política que se mostrou irresponsável e insustentável, estão hoje em perigo de ruir. A JSD afirma sem qualquer dúvida que defende a continuidade do Estado Social, e como tal, não se permite a irresponsabilidade das promessas vazias de mais Estado Social. Pelo contrário, sabe que só se salva o Estado Social olhando para ele com realismo, analisando como pode o Estado pagar o que pretende atribuir, e como financia os sistemas de proteção social e de saúde sem enveredar pela asfixia da Economia e o que é pior, sem fazer crescer a dívida para os níveis de insustentabilidade que nos

conduziram ao resgate de que há menos de um ano conseguimos sair. O Estado Social, talvez a nossa maior conquista, tem de ser salvo para que possa proteger as pessoas em situações de vulnerabilidade, a que pretende dar resposta, e desígnio diferente, não cumpre nem as obrigações político-constitucionais, nem teria acolhimento ou compreensão por parte do povo que tem no Estado Social, mesmo com as suas deficiências, um motivo de orgulho nacional. No nosso entendimento, duas atitudes políticas colocam em risco o Estado Social que nós queremos defender: negar a sua utilidade prática, que se traduz na demissão dos poderes públicos perante tais tarefas, por um lado, ou, como tantas vezes fazem alguns pregões de uma esquerda irresponsável, prometer tudo a todos.

## */ Saúde*

Assim, temos de reconhecer como notável, e como segundo maior sucesso desta maioria, o trabalho que foi feito nos últimos três anos na área da saúde, com medidas tão estruturais como a amortização da dívida acumulada a fornecedores, a revisão da política do medicamento, a prescrição eletrónica por DCI, o combate sistémico às fraudes instaladas, que parasita(va)m o Sistema Nacional de Saúde (SNS); tudo isto sem perdas significativas da qualidade do serviço prestado e do acesso aos cuidados de saúde. Defendemos que tal rumo político deve continuar, alargando a rede de cuidados primários e reorganizando o SNS para que cada nível estrutural do sistema responda às solicitações para que foi criado. Caminhos de futuro, no nosso entendimento passarão pela maximização da capacidade instalada no SNS, ao serviço das populações, independentemente da qualidade do prestador (público, privado ou do setor social); ao mesmo tempo a manutenção de subsistemas públicos de saúde tem de ser devidamente avaliada e, salvo quando razões de interesse público o justifiquem, integrar todos esses subsistemas no SNS – tal integração deve ser feita sem prejuízo dos direitos diferenciados que devam ser reconhecidos aos membros e familiares das forças armadas e de segurança; no mesmo caminho estarão ainda medidas de aproveitamento tecnológico por parte do sistema devendo ser devidamente estudados e implementados recursos e processos como a ficha clínica eletrónica, acessível a todos os prestadores de saúde autorizados que promova não só a eficiência mas também a eficácia do serviço clínico prestado, e que permita uma maior fiscalização dos cuidados de saúde prestados, sem prejuízo do sigilo médico e da reserva da intimidade e da vida privada dos utentes. O acesso a cuidados de saúde que defendemos é universal e geral e tendencialmente gratuito, atendendo às condições económicas e sociais dos utentes, como previsto pela constituição. A tendencial gratuitidade de tais serviços não pode, jamais, ser obstáculo ao acesso aos cuidados necessários a qualquer cidadão, mas deve incluir um princípio, não apenas de moderação do acesso, que combata a procura

abusiva, mas também deve assentar no princípio constitucionalmente consagrado da capacidade contributiva.

No que toca ao consumo de substâncias ilícitas devemos restringir a quantidade identificada como para consumo pessoal, o que constituirá um contributo decisivo para contrariar o tráfico de proximidade, na medida em que permitirá distinguir, com maior clareza, o mero consumidor do pequeno traficante.

Finalmente, o sentido desta posição é o de enviar um sinal à sociedade de que o consumo de drogas continua a ser um dano de enorme gravidade social, além de uma fonte de sofrimento para os jovens e as famílias portuguesas.

## */ Segurança Social*

A segurança social como principal regime de proteção social dos cidadãos, trabalhadores no seu pilar de prestações contributivas e universal, no que toca a prestações não contributivas é também um regime que urge reformar para preservar. Apesar das insistentes tentativas que a atual maioria promoveu no sentido de implementar medidas de reforma, praticamente todas acabaram por ser inviabilizadas estruturalmente no seu caráter de permanência. Sem que pudéssemos assistir porém a contrapropostas por parte da oposição que pudesse tornar a segurança social sustentável a médio e longo prazo. No que à segurança social diz respeito, quer na vertente das prestações contributivas quer das não contributivas, é importante realçar as ameaças que a diminuição da natalidade provocam no sistema, bem como a pressão que o financiamento dos estabilizadores automáticos colocou num período de grande crise económica por que atravessamos.

Embora o problema não seja novo, pois tem sido objeto de tentativa de diversas reformas, a verdade é que nunca foi enfrentado como um tema capital, tendo, inclusive, funcionado como arma de arremesso e de inconsequente debate político. Diversos fatores ameaçam o colapso da Segurança Social. Desde logo o fraco crescimento económico, ou seja, a distribuição só é possível se houver criação de riqueza, também o problema demográfico, acentuado pela diminuição da natalidade e pelo aumento da esperança média de vida, que gera uma elevada dependência entre aqueles que contribuem (ativos) e aqueles que beneficiam das contribuições (reformados). Temos ainda de, nas condições atuais, adicionar o elevado desemprego, que pesa na descapitalização da Segurança Social, mas também a entrada cada vez mais tardia, da população ativa no mercado de trabalho.

O Índice Sintético de Fecundidade (ISF), que traduz o número médio de nados vivos/mulher durante o seu período de fertilidade, em redução desde o início da década de oitenta (cerca de 2,0) está, nos dias de hoje, numa situação de não retorno próximo de 1,21. Enquanto Nasciam cerca de 100.000 crianças há quatro anos, agora estamos já abaixo das 80.000/ano. Os resultados de estudos recentes, realçam os níveis de fecundidade desejada, que remetem para o desejo íntimo de cada pessoa, dissociados de quaisquer constrangimentos, que correspondem a um número médio de filhos superior ao valor de referência para a substituição de gerações: “as pessoas desejam 2,31 filhos, em média, sendo este valor de 2,29 filhos para as mulheres entre 18 e 49 anos, e de 2,32 para os homens com idades entre 18 e 54 anos”.

Rejeitamos e condenamos frontalmente atitudes patronais que penalizem o desejo das trabalhadoras usufruírem dos seus direitos de maternidade, ou que penalizem na seleção de trabalhadores mulheres grávidas ou a pensar engravidar. Gostaríamos no futuro que as boas práticas de apoio à maternidade fossem conhecidas e promovidas.

O relatório sobre Natalidade elaborado pelo Instituto Francisco Sá-Carneiro é um bom ponto de partida para a discussão do problema, e aponta desde já apoios interessantes à natalidade.

Assim, não pode ser ignorado por um sistema reformado de segurança social cifras como o número de trabalhadores por pensionista, as contribuições para a segurança social e a proteção social que garantem, os limites mínimo e máximo das prestações sociais (que hoje já existem no caso do subsídio de desemprego mas que deve ser estudado o alargamento do mesmo princípio a outras prestações). Exemplo disso é uma análise e possível implementação de um limite máximo para as pensões de reforma, correspondendo-lhe também um valor de desconto por parte do trabalhador limitado, que poderia ser o mesmo valor.

É pressuposto da reforma da segurança social, claro está, a visão que a JSD preconiza de uma economia que não seja baseada em baixos salários, nem em modelos económicos de mão-de-obra intensa e indiferenciada; bem pelo contrário, a reforma que defendemos para a segurança social tem de ser consistente com as propostas que fazemos para o desenvolvimento económico e para o emprego.

## EMPREGO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

---

O crescimento económico e o emprego, condições para a criação de riqueza apresentam-se de forma clara como objetivos do País e como o caminho que todos defendem. Não é, porém, sério apresentar tais metas sem conjuntamente dizer quais as propostas concretas que se defendem para atingir esses propósitos. A JSD não receia apresentar as medidas que considera importantes para construir mudanças estruturais que possam promover esse crescimento, atacar o desemprego e defender o emprego e por essa via promover a criação de riqueza nacional, que se traduza na melhoria das condições de vida dos cidadãos.

O emprego, as empresas e o crescimento económico, dentro do enquadramento ideológico da JSD estão natural e diretamente relacionados. Rejeitando uma economia onde as nacionalizações e a programação governamental tenham um papel determinante, acreditamos que é a dinâmica económica das empresas que tem a capacidade de criar riqueza e de criar emprego. Por essa razão a melhoria da produtividade e a redução da taxa de desemprego passam por criar as melhores condições às empresas e aos trabalhadores portugueses. Precisamos de uma resposta coletiva para continuarmos a melhorar os nossos indicadores económicos e de emprego!

Neste campo as soluções propostas não podem estar desligados de um diagnóstico prévio às dificuldades e estrangimentos existentes no nosso País e que urge considerar, nomeadamente o facto de o aparelho produtivo que temos hoje ser uma limitação ao potencial de exportações do País. Esse estrangimento torna evidente a exigência de novos investimentos no aumento de capacidade e de eficiência do aparelho produtivo, com incorporação de maior inovação e tecnologia nos produtos, nos processos e nos serviços.

Por outro lado não podemos ignorar que os limites ao investimento por parte das empresas portuguesas, face à insuficiência dos seus capitais próprios e à dificuldade em obterem financiamento bancário, têm necessariamente de colocar a tónica política de curto prazo na necessidade da atratividade de investimento da economia portuguesa, promovendo o investimento direto estrangeiro em Portugal.

Outro estrangimento ao nosso desenvolvimento económico são os elevados custos de contexto que as nossas empresas têm de suportar: a burocracia, os custos agravados da energia ou o funcionamento da justiça são questões que urgem por medidas

eficazes, mas um quadro fiscal desfavorável, ao nível das empresas e das famílias, que limitam o investimento nacional e estrangeiro, também provoca efeitos nefastos que têm de ser diminuídos. De realçar, a importância das reformas fiscais implementadas pelo atual Governo, nomeadamente ao nível do IRC – donde se destaca a descida da taxa do imposto – e ao nível do novo Código Fiscal do Investimento.

A nossa situação atual, acabados de sair de um período de intervenção externa, sendo uma situação melhor do que o período desde maio de 2011 a maio de 2014, é ainda uma situação com vulnerabilidades, face à dimensão da dívida e do défice, que têm metas necessárias para cumprir nos próximos anos. Estamos assim perante um período de especiais restrições na utilização do consumo interno como fonte de crescimento do produto interno bruto. Mesmo que o papel do consumo pudesse ter um papel mais relevante, não podemos deixar de perceber que tais despesas das famílias e das empresas acabariam por redundar no aumento das importações e nas necessidades de financiamento externo da economia portuguesa – ou seja, acabaríamos por cair no mesmo trajeto que nos levou à necessidade de um novo resgate, em 2011.

Pelo contrário, defendemos que uma verdadeira alteração estrutural da economia portuguesa só pode ser feita através do desenvolvimento estrutural das formas de produzir. Para isso tem de ser enfrentado e corrigido o deficiente funcionamento das redes de inovação e de cooperação empresarial, que promova sinergias entre empresas produtoras de bens e fornecedoras de serviços complementares ou similares, permitindo ganhos de escala que possam fazer desses tais bens e serviços competitivos na economia mundial, procurando tal competitividade na eficiência e valor acrescentado de processos inovadores e diferenciadores, e não numa estratégia de baixos salários.

Não podemos esquecer, porém, que o desenvolvimento económico nunca será suficientemente robusto se tivermos um Estado ineficiente que, para além de se alimentar à custa de uma fraca economia do País, invariavelmente acabará por gastar recursos que são essenciais para esta alteração estrutural do perfil de especialização e de funcionamento dos diversos setores de atividade nacionais.

Para além de contas públicas saudáveis e de um Estado reformado no sentido de servir os cidadãos sem asfixiar a economia, temos de ser capazes de identificar e criar instrumentos com dimensão financeira relevante, que permita a recapitalização do tecido empresarial português, e que tenha uma influência estrutural que possa propiciar um processo saudável e sustentável de crescimento económico.

Nesta linha, temos de prosseguir o processo de eliminação de ineficiências no setor público empresarial, que demasiadas vezes suga as disponibilidades financeiras

existentes e, por essa via, asfixia o crédito necessário para os fundamentais investimentos na economia que são necessários fazer para crescer e criar emprego. Fora do setor empresarial do Estado não deixa de ser também necessário fazer caminho no sentido de uma verdadeira reforma do Estado: discutir as funções que cumprem ao Estado e a forma mais eficiente de as cumprir, tendo sempre em atenção o imperativo de reduzir o peso do Estado na economia e na vida dos cidadãos, concentrando as suas funções sustentavelmente nos domínios institucionais (funções de soberania), na organização e garantia de um Estado Social justo e no desenvolvimento de uma cidadania e uma coesão social fortes, baseados nos direitos e deveres de cada cidadão.

Ainda no que ao papel do Estado diz respeito, no sentido de promover o emprego e o desenvolvimento da economia, é fundamental administrar escrupulosamente o próximo Quadro Comunitário de Apoio, Portugal 2020, concentrando os incentivos nas unidades empresariais inovadoras e exportadoras de bens e serviços transacionáveis e numa autêntica qualificação dos trabalhadores portugueses.

Sabendo que Portugal tem trilhado um caminho de desenvolvimento interessante ao longo dos últimos 40 anos, não podemos contudo estar satisfeitos com a evolução dos últimos 15.

Há um grande caminho a fazer no âmbito da evolução tecnológica do nosso tecido produtivo, no âmbito da formação e qualificação dos portugueses e da reforma da Administração Pública.

Acompanhamos e defendemos o investimento e o progresso que Portugal fez na Ciência e Investigação, mas acreditamos que podemos fazer mais. Temos de promover uma indústria tecnologicamente mais evoluída, um setor empresarial mais atento ao papel da I&D e aos benefícios que a inovação acarreta e continuar a melhorar as condições para o auto-emprego dos portugueses que assim o desejem e que para isso se sintam capazes. A visão que a JSD tem para o futuro é o caminho da educação, da ciência e do conhecimento. É o caminho de uma população qualificada e preparada para as próximas décadas. Para nós é urgente a inovação em Portugal e a nossa visão de progresso social e económico está alinhado com este alicerce de educação, ciência e conhecimento.

Temos assim de garantir que Portugal assume um papel liderante na Investigação, Ciência e Inovação, direcionando adequadamente os fundos comunitários do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020 e do Horizonte 2020 para garantirmos a afirmação das empresas no mercado global.

Devemos também fazer uma avaliação rigorosa da Ciência em Portugal, continuando a apoiar a investigação em todas as áreas do conhecimento, mas garantindo a prioridade da transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade e o tecido produtivo.

Alinhado com este objetivo, deve ser feita uma revisão aos pólos de competitividade e tecnologia e outros *clusters* implementados, avaliando a sua performance e decidir novos rumos de acordo com essa avaliação. Estes pólos são instrumentos fundamentais para a execução de projetos empresariais estratégicos a nível regional, nacional e internacional, pela proximidade que garantem entre fornecedores especializados, empresas, parceiros públicos e centros de saber. Reconhecendo a mais-valia do recente projeto da ANI - Agência Nacional de Inovação, teremos especial atenção ao seu desempenho no que toca à sua principal missão, a promoção da valorização do conhecimento através de uma maior e melhor colaboração e articulação entre as empresas e o sistema científico e tecnológico. Sabemos que não basta a Portugal ser um país com uma economia baseada nos serviços, e devemos procurar um portefólio económico ótimo entre os diversos setores e uma balança comercial positiva.

Dentro da visão para o desenvolvimento que preconizamos, pretendemos investir na sociedade da informação e do conhecimento, promovendo a infoinclusão da população portuguesa e elevar os níveis educativos médios, bem como centrar a importância da programação informática como competência transversal. Temos de continuar a elevar a literacia funcional como via para o emprego e para o desenvolvimento económico, como forma de vencer o atraso científico e tecnológico, de reforçar as capacidades organizacionais públicas e privadas, e reconhecer o papel estruturante do tecido empresarial português neste capítulo.

Há que realçar aqui o papel da Agenda Portugal Digital, na modernização administrativa e em posicionar Portugal próximo da vanguarda tecnológica e do *e-government*, incentivando a reindustrialização nacional, nos setores em que melhores condições tivermos para obtermos uma posição significativa em diversos mercados, em especial no mercado europeu e no mercado dito da saúde. Portugal tem de definir economicamente quais as áreas em que pode ser uma referência e nelas concentrar esforços, melhorando o desempenho nacional e continuar a melhorar as taxas de crescimento que apresentamos!

A confiança, a criação de massa crítica e o diálogo construtivo, com a partilha de informação e o desenvolvimento de uma estratégia coletiva e com uma implementação sistemática, promovendo redes de proximidade entre empresas, fornecedores, clientes e centros de competências e investigação, agências públicas e associações empresariais é em si uma visão para o ganho de competitividade internacional que a JSD defende

sem rodeios. Este papel não cumpre ao Estado: aos poderes públicos cumpre apontar este caminho, promovê-lo e apoiar as empresas para que o percebam e o possam percorrer com confiança, porque são as empresas que criam emprego e que fazem a economia transformar-se e crescer.

Esta visão, articulada com uma estratégia para o investimento, preferencialmente compatível com os recursos e competências endógenos, tem tido já hoje alguns exemplos de sucesso, sobretudo nos setores que mais cedo atravessaram por períodos de dificuldade e que mais cedo tiveram de se adaptar à concorrência europeia e mundial. Aprendendo com esta experiência não podemos deixar de procurar o desenvolvimento de nichos de excelência, criando vantagens comparativas comuns: a concorrência entre as empresas não está hoje nas duas empresas do mesmo setor que estão na mesma rua: a concorrência hoje tem a escala do mercado em que estamos inseridos, tendo assim uma escala primeiramente europeia e de seguida mundial; assim, ambas as empresas da mesma rua têm de procurar associar-se no sentido de ambas serem mais competitivas no seu setor, sob pena de naquela rua acabarem por se tornar as duas obsoletas e desadequadas ao mercado em que estão inseridas.

É importante vincar novamente que não podemos nem queremos, hoje ou no futuro, ser reféns de uma economia indiferenciada e de baixos salários! É por essa razão que a creditamos no caminho de uma aposta contínua na desburocratização de procedimentos administrativos, na promoção da modernização e da inovação de processos e de produtos, e das infraestruturas ligadas ao conhecimento, sem esquecer a melhoria das condições de desenvolvimento do empreendedorismo e para potenciar o acesso ao crédito empresarial ou ao pouco utilizado microcrédito.

A instabilidade e a carga fiscal, a ineficiência dos processos da administração pública, as dificuldades de acesso ao crédito, e a legislação laboral são hoje questões que dificultam o ambiente empresarial em Portugal, e sobre os quais devemos trabalhar e renovar as políticas em vigor. Também devemos perceber a dificuldade que as empresas portuguesas têm no acesso a capital, comparativamente com outros países, dificuldades essas associadas à situação económica e financeira do país, e que se traduzem em custos de contexto nacionais. Aqui, a JSD defende que a Sociedade Financeira para o Desenvolvimento precisa de ter um impacto real na resolução deste problema, e que, face às dificuldades financeiras, precisamos de apoiar as empresas que mostram ter mais condições de sucesso.

Temos de fazer escolhas: nem todos os setores são estratégicos para Portugal, e não é possível apoiar todos os setores da mesma forma, sob pena de não apoiarmos eficazmente nenhum. Precisamos de um País com estratégias setoriais claras e bem definidas.

Face à urgência do crescimento, devemos optar inicialmente pelas atividades com elevado valor acrescentado e com um potencial de crescimento futuro maior, em detrimento das outras; temos de apostar na qualificação de quadros especializados, trabalhar a fixação de investimentos no território e promover um contexto adequado ao sucesso empresarial, promovendo políticas de avaliação sérias e responsabilizando sempre os decisores com base no mérito do seu trabalho.

As políticas de emprego devem ser pensadas de forma distinta face aos diversos perfis de desempregados que existem, desde logo porque acreditamos que a melhor via de empregar desempregados desqualificados é pelo aumento dos seus níveis de escolaridade e de formação.

A questão do emprego e das condições salariais é hoje talvez a maior preocupação dos jovens portugueses e não tendo a JSD um discurso derrotista face aos jovens que optam por trabalhar num outro país, seja um Estado-membro da União Europeia, seja um país da CPLP, seja outro qualquer país do mundo, defendemos que há um longo trabalho a fazer quanto às políticas de estágios e de incentivos ao emprego. Não aceitamos estágios não remunerados além dos inseridos no contexto curricular, porque acreditamos que o trabalho tem um valor intrínseco, e que a dignidade do trabalho exige uma remuneração, independentemente da idade ou experiência do trabalhador. Defendemos também a limitação do número de estágios apoiados com fundos públicos que não conduzam à contratação dos jovens. A recente limitação a esse tipo de estágios é bem acolhida por parte da JSD e apresenta-se como uma resposta interessante ao manifesto abuso a esse tipo de apoios que algumas empresas utilizavam como forma de reduzir os seus custos, promovendo de forma indireta a precariedade laboral.

Também os apoios ao emprego têm de ser revistos, no nosso entendimento, contrariando a atual tendência de atribuição de apoios ao não desemprego. Queremos com isto dizer que os apoios devem ser garantidos às empresas que de facto contratam as pessoas com vínculos sem termo, e não a quem tenta também desta forma níveis de competitividade viciados.

No que toca à formação profissional temos de mudar o paradigma existente, em que se tem investido com pouco critério. A formação profissional, que julgamos essencial, tem de evoluir para apoiar apenas as formações identificadas como necessárias pelas empresas, definidas e planeadas por estas e também a estas participadas, trazendo eficiência e eficácia a uma tarefa que tem sido mal estruturada, com gastos excessivos para os resultados apresentados. A formação profissional que estiver fora das necessidades empresariais é um mau investimento dos recursos públicos, nacionais e

comunitários, e serve apenas para frequentemente mascarar, e mal, os números do desemprego.

Também o acesso à profissão no caso das profissões reguladas é hoje uma questão importante para os jovens portugueses. Compete à JSD ter propostas que promovam a igualdade de direitos entre as diversas gerações. Assim, é absolutamente fundamental esbater a injustificável diferença de direitos entre quem quer exercer uma determinada profissão e quem já está habilitado para o seu exercício. Na nossa opinião, temos de garantir que o número de anos de exercício da profissão ou a idade, em vez do conhecimento, das competências e da qualidade do trabalho a desempenhar, não sejam os fatores de acesso a uma profissão regulada; temos ainda de evitar que profissionais à partida menos qualificados possam continuar a afunilar o acesso às profissões apenas para manterem o exercício à profissão como um privilégio seu, negado aos mais jovens.

Querendo combater o excessivo corporativismo de algumas câmaras e ordens profissionais e a forma como limitam o direito de acesso à profissão com base em subterfúgios e procedimentos injustos e ilegítimos, defendemos que todos os requisitos impostos por uma associação profissional pública para o acesso a uma profissão tenham periodicamente de ser cumpridos pelos profissionais já em exercício (a cada período de 8 a 10 anos, por exemplo), sem prejuízo de que a não aprovação em tais requisitos por profissionais já em exercício não deve imediatamente suspender o direito desse exercício profissional mas deve exigir uma requalificação obrigatória do profissional, seguida por nova avaliação das suas condições de manutenção da cédula profissional, sempre com o mesmo quadro de requisitos de acesso. Da mesma forma, a introdução da exigência de um determinado grau de ensino ou formação profissional tem de implicar para os profissionais em exercício a obtenção desse grau para a continuidade do exercício da profissão, ainda que se preveja um regime transitório suficiente para que tal grau possa ser obtido – é inaceitável manter a atual situação em que ordens profissionais exigem licenciatura como um dos requisitos de acesso e continuam a excluir licenciados do acesso à profissão, quando simultaneamente milhares de profissionais inscritos nas mesmas ordens não têm concluído sequer o ensino secundário.

Também à JSD não devem ser alheias as novas discussões sobre a organização do trabalho que ocorrem por todo o mundo, e que possam promover a motivação e o compromisso com a produtividade de todos os trabalhadores, diminuindo o absentismo e melhorando as condições de trabalho. A título de exemplo, a Organização Internacional do Trabalho tem estudado propostas de organização da semana de trabalho de 40 horas em 4 dias, aumentando a liberdade das pessoas, pelo que a JSD deve estar atenta e desenvolver capacidade crítica nestas questões.

Rejeitando os modelos de economia planeada, defendemos que o desenvolvimento regional deve ser alavancado por uma adequada coordenação regional e pela cooperação de diversas pequenas e médias empresas do mesmo setor de forma a atingir uma escala que beneficie todas, melhorando quer o potencial exportador, quer o potencial de satisfação de procura de indústrias e serviços a jusante que exijam uma cadeia de fornecedores fiável.

Ao desenvolvimento regional não pode ser alheia a questão demográfica e os desequilíbrios entre regiões mais envelhecidas e regiões mais apelativas para os jovens sobretudo em início de carreira, devendo merecer uma especial atenção pelos órgãos de coordenação regional. Não defendemos um país orientado para os jovens, antes um Portugal que tenha lugares adequados para todas as gerações, respondendo às suas necessidades e retirando o melhor proveito das suas capacidades para uma coesão social equitativa.

Catalisar o desenvolvimento e o crescimento económico não é uma tarefa de resposta única em todos os setores e empresas; pelo contrário, tem de ser um trabalho de banda larga, que parta da análise de cada setor, das suas necessidades, das suas potencialidades e das suas condições de competitividade quer no mercado único europeu e quer no mercado global. Assim, importa perceber não apenas as diferenças do caminho feito nos setores primário, secundário e terciário, mas também perceber as diferenças específicas de cada subsetor, de forma a construir respostas diferenciadas, adaptadas e eficazes para cada um deles: tem de ser diferente a abordagem à indústria do calçado e à construção, diferentes as perspectivas da produção de azeite, do vinho ou da aquacultura, diferente as estratégias a fomentar no comércio a retalho ou nos serviços às empresas.

É importante que o trabalho a realizar ao nível económico saiba partir de dados concretos, canalizando o conhecimento e a tecnologia para procurar os melhores caminhos para atingir metas objetiva e numericamente definidas.

Neste sentido é importante percebermos que, no que ao nível de autossuficiência alimentar diz respeito, Portugal se encontra nos 80%, contribuindo a produção alimentar agrícola ligeiramente acima daquela percentagem e a indústria alimentar um pouco abaixo.

O caminho que defendemos para o setor agroalimentar é continuar o desenvolvimento que tem sido feito nos últimos anos, de forma a introduzir tecnologia nos processos de cultivo e de produção, e a ganhar escala, no sentido de conseguir atingir a

autossuficiência no final da década. Ao mesmo tempo o setor tem de conhecer medidas de rejuvenescimento dos seus empresários e trabalhadores, atraindo as gerações mais jovens para esta forma diferente de produzir, não baseada nas pequenas culturas de subsistência, mas baseada numa agricultura e indústria alimentar de vanguarda nos mercados europeus e mundiais – um verdadeiro setor de futuro! Há ainda que desenvolver mecanismos de cooperação, quer entre estes agricultores jovens, quer entre proprietários no sentido de permitir o emparcelamento das produções agrícolas e o aumento da qualidade das culturas e do tratamento dos produtos a introduzir no comércio e no consumo.

No setor primário é ainda muito importante construir planos de biodiversidade na replantação da floresta, ano após ano devastada por incêndios florestais, bem como decidir o papel e a dimensão que a plantação e exploração do eucalipto pode ter nos recursos silvícolas.

O equilíbrio do setor primário não pode ser feito sem dar uma palavra e um correto planeamento económico ao subsector pecuário e cinegético, que tem de ter uma adequada articulação com as explorações agrícolas e com as políticas ambientais.

A um período de deterioração do sistema industrial, muito devido à deslocalização da produção industrial para economias de mão-de-obra mais barata, está a seguir-se na Europa um período de consciencialização para a necessidade de reindustrialização europeia. Portugal não é alheio a essa consciência e não deve perder o comboio da reindustrialização europeia, sendo que tal reindustrialização terá de assentar em processos tecnológicos e de valor acrescentado, inovando não apenas pelo design e qualidade superiores, mas também, e talvez sobretudo, pela transição para uma produção a que muitos chamam já digitalizada, em que a conceção e projeto não têm de estar fisicamente próximos da produção e montagem. Estes novos caminhos de industrialização devem ser feitos em Portugal, aprendendo com as boas práticas que nas últimas décadas alguns setores industriais têm vindo a desenvolver, dando cartas no mercado mundial, tendo nós exemplos abundantemente citados no setor do calçado, no setor automóvel ou metalomecânica. O desenvolvimento de clusters que reúnam elevada massa crítica e uma posição competitiva no mercado mundial, como é o caso do setor aeronáutico, são também um caminho que não pode ser descurado; e uma palavra tem de ser dada também ao setor da construção: se o caminho que a JSD defende não passa jamais por voltar a erros do passado de alimentação do setor da construção através de um manancial de obras públicas, não podemos deixar de reconhecer que a experiência acumulada pelo setor, na construção das infraestruturas públicas em Portugal coloca muitas das empresas da área da construção numa posição competitiva muito favorável para a execução de grandes infraestruturas em outros países nos mercados europeu e global.

Cerca de metade da nossa economia está alocada ao comércio e aos serviços, terceirização económica que é apontada por muitos como um handicap estrutural da nossa economia. É importante diferenciar neste setor os serviços transacionáveis dos não transacionáveis, com um enfoque muito particular para o Turismo, cujo enorme potencial está em larga medida por explorar e cuja atratividade tem ganho nos últimos anos várias batalhas a destinos estrangeiros congéneres. Seria importante ainda explorar o potencial da prestação sediada em Portugal do mais diverso tipo de serviços a empresas multinacionais, podendo ser sediadas em Portugal operações quer de contabilidade, quer de instalação de serviços de base tecnológica quer no desenvolvimento de ferramentas de *business intelligence* quer na instalação de plataformas de comércio eletrónico global, quer ainda no desenvolvimento de softwares, com especial atenção para as aplicações e os jogos que têm como destinatário o mercado global.

Assim, temos para Portugal uma visão de um país desenvolvido no qual os portugueses possam projetar e viver as suas vidas de forma realizada e felizes. Um país de emprego qualificado, de boas remunerações, que produz valor acrescentado. Um país na fronteira do conhecimento na ciência e tecnologia, com políticas de apoio ao emprego eficazes, que sabe a herança cultural e cosmopolita que herda, que é capaz de ser a ponte e a tradução entre continentes e raças. Um país que sabe que pode ter um papel importante no acordo de comércio com os Estados Unidos da América, mas que deve para isso melhorar a rede empresarial de exportação, melhorando a proximidade da AICEP às empresas.

Não acreditamos que a solução para o desemprego sejam programas como o Garantia Jovem, mas acreditamos que podem ser um alívio passageiro até que a economia possa finalmente acolher os nossos desempregados. Assim, acompanharemos a execução do Programa Garantia Jovem e de novas medidas como o *European Professional Passport*, que em muito beneficiará a mobilidade profissional europeia, através do reconhecimento automático das profissões dos seus titulares.

Não temos da mobilidade profissional (principalmente europeia), uma visão derrotista, dramática ou apocalíptica como algum discurso político pretende fazer passar. Sabemos que os portugueses são historicamente um país de emigrantes, mas também não incentivamos os nossos jovens a fazê-lo. Queremos que Portugal seja um país onde os jovens possam desenvolver os seus projetos de vida, mas também acreditamos que a mobilidade profissional não é um fenómeno nacional e não decorre exclusivamente do período de emergência financeira a que o anterior governo socialista nos levou. A abertura de fronteiras, a redução de custos das viagens, o maior reconhecimento dos graus profissionais, e mesmo o programa Erasmus, são peças deste puzzle. Queremos



que os portugueses tenham condições de viver e progredir em Portugal, mas não defendemos que sejam obrigados a viver cá. Queremos que queiram cá viver, que possam ter os níveis de vida que merecem, e é para isso que trabalharemos, mas sempre, sempre, no respeito pela liberdade individual de cada um.

## SISTEMA POLÍTICO, ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

---

A organização do Estado e o seu funcionamento têm de ter uma estrutura estável e robusta, mas simultaneamente flexível e adaptável aos tempos em que opera. A necessidade de modernização, adaptação e reestruturação tem de ser por isso uma preocupação contínua.

Portugal vive também aqui, como um país a duas velocidades: por um lado, em alguns aspetos do *e-government* estamos na fronteira da inovação, e por outro continuamos a ter e a ser um País bloqueado em tantos labirintos e ineficiências burocráticas. É preciso libertar Portugal destas amarras, e isso far-se-á simplificando, desburocratizando, introduzindo meios de informação, comunicação e gestão tecnologicamente avançados, que acelerem os processos, os tornem mais transparentes e facilitem a vida aos portugueses.

Esta visão de um Estado modernizado e transparente tem de começar no próprio sistema político. É importante reconhecer que o atual modelo de funcionamento partidário tem vindo a decair em termos dos níveis de confiança dos portugueses, e que são há mudanças necessárias que melhorem o sistema político antes de este entrar em situações de ameaça de rutura, antes que seja tarde demais... A JSD acredita que é possível renovar o sistema democrático, como a sociedade necessita e os tempos impõem; acreditamos que é democratizando a participação política a outros agentes, possibilitando novas formas de exercício democrático, de acordo com os novos tempos e as novas conceções de democracia que progredimos para um sistema democrático mais avançado, plural e inclusivo. Somos pela abertura a novas formas de participação social, percebemos e acreditamos na participação da sociedade civil na política, quer de forma individual quer de forma organizada.

Tais mudanças assentam em linhas de forma, como o reforço da proximidade entre eleitores e eleitos, o alargamento da participação, nomeadamente pela abertura de candidaturas a cidadãos, individualmente ou em grupos organizados, não apenas a partidos políticos, a desconcentração do exercício do poder e a transparência da ação política e governativa.

## */ Sistema Eleitoral*

Neste sentido propomos uma reforma da lei eleitoral da Assembleia da República, no sentido de alterar o atual regime de representação parlamentar de todos os 230 mandatos serem atribuídos através de listas plurinominais. Propomos em alternativa que os mesmos 230 mandatos sejam atribuídos de duas formas diferentes, alargando o modelo de representação, introduzindo um número de mandatos atribuídos a candidaturas uninominais. Assim, propomos que 170 mandatos se mantenham por eleição em listas plurinominais pelos atuais círculos (18 distritos, 2 regiões autónomas e 2 círculos no estrangeiro, Europa e Fora da Europa), de candidaturas de partidos políticos, aos quais acresçam os restantes e que 60 mandatos atribuídos a candidaturas uninominais, de iniciativa pessoal dos cidadãos, que incluam um suplente.

A razão do número destes mandatos é permitir a eleição de 2 deputados por cada círculo, correspondendo os círculos ao conjunto das 28 NUT III e às 2 regiões autónomas.

Acreditamos que a existência destes 60 mandatos permitem reforçar a proximidade entre eleitores e eleitos que do ponto de vista da identificação dos eleitores com a representação política, quer do ponto de vista da comunicação entre eleitor e eleito: cada eleitor sabe quais são os 2 deputados do seu círculo a quem pode diretamente apresentar propostas, comunicar problemas concretos da sua realidade e pedir contas da sua ação política.

Estes 60 eleitos devem estar sujeitos a um estatuto de mandato com garantias reforçadas de independência, nomeadamente terem de cumprir o mandato em regime de exclusividade, salvo funções compatíveis em entidades sem fins lucrativos e após parecer positivo da Comissão de Ética, e não poderem exercer quaisquer funções executivas durante a legislatura para que forem eleitos, sem prejuízo do retorno à sua atividade de origem, em caso de renúncia, devido ao caráter pessoal desta eleição de voto direto.

Defendemos também a alteração dos círculos eleitorais do continente para o nível de NUTIII para estes 60 mandatos, por serem os mais condizentes com a organização administrativa, regional e europeia e de acordo com o hoje concretizado. Na prática, trata-se de adaptar a representação política ao modelo em parte já adotado administrativamente, reforçando os elos entre as preocupações e os problemas territoriais e os mandatos da ação política, quer de representação, quer de fiscalização.

Quanto ao alargamento da base eleitoral, na linha do que a JSD vem referindo há vários anos, defendemos que deve ser feito um debate sério sobre a relação entre idade e participação política. Assim, julgamos necessário abordar com tranquilidade a possibilidade de alargar o direito de voto a partir dos 16 anos. Por outro lado, parece-nos anacrónica a exigência de uma idade mínima para candidatura a Presidente de República diferente dos 18 anos, momento em que os cidadãos adquirem a maioridade e a partir do qual podem formalmente exercer qualquer cargo político (incluindo o de Primeiro-Ministro), estando-lhes vedado apenas o de Presidente da República durante mais 17 anos pela simples razão de existir uma norma sem razoabilidade suficiente que impõe tal requisito.

## */ Administração Pública*

Apesar adoção de medidas de reforma da Administração Pública, acreditamos que há ainda um significativo caminho a fazer para conseguir uma mudança estrutural e uma melhoria significativa do funcionamento da Administração.

Apesar de percebermos os princípios que sustentaram a reforma da nomeação dos cargos dirigentes, no sentido de despolitizar a ação das estruturas dirigentes, superiores e intermédias, não podemos porém deixar de constatar hoje o real impacto da CRESAP, que veio a criar mais problemas, lentidão burocrática e menor transparência política, do que resolver. Defendemos assim que os cargos dirigentes superiores da Administração Pública, salvo os casos especiais legalmente previstos, sejam cargos de nomeação direta pelos membros do Governo respetivos, para um cumprimento escrupuloso das deliberações governamentais e a eliminação das agendas políticas ou pessoais dos próprios dirigentes da Administração, que hoje agrilhoam o Estado, permitindo salvaguardar o Estado de entendimentos obscuros entre dirigentes-júri e dirigentes-candidatos e introduzindo transparência e responsabilização política pelas escolhas feitas pelos governantes constitucionalmente legitimados. A comissão de serviço destes dirigentes superiores finda automaticamente com a cessação de funções de quem os nomeou, sem prejuízo da manutenção no cargo até decisão de recondução ou nova nomeação por parte do sucessor.

As reformas e as decisões não podem ficar dependentes ou comprometidas (conscientemente) pelas estruturas de direção superior que demasiadas vezes boicotam impunemente a ação política! Temos de conseguir que a máquina do Estado execute as deliberações, e que não comprometa as reformas ou decisões governamentais.

Na mesma linha temos de pôr fim à limitação que temos vindo a assistir de nomeação de pessoas sem vínculo à Administração Pública: não faz sentido tal limitação porque não se traduz na prática em nenhuma redução relevante de custos, mas apenas a uma transferência de custos, uma vez que na prática os lugares de origem têm de ser preenchidos a partir de fora para fazer face à saída temporária das pessoas requisitadas ou em comissão de serviço. Ora, claro está que, não tendo vantagens tal recrutamento interno, são demasiado nefastas as consequências desta limitação, por não permitir ir buscar os melhores, onde quer que eles se encontrem originariamente.

É nossa intenção também, a bem da inteligência, simplicidade e justiça na organização da Administração, propor um limite temporal à ausência das pessoas que estão em comissão de serviço (ou em figuras equivalentes, salvo os casos de exercício de mandato político eletivo), não exercendo a sua posição de origem. Temos hoje na esfera da Administração inúmeros casos de dirigentes que se encontram há dezenas de anos a exercer funções fora do seu lugar de origem, e que ainda assim o mantêm, bloqueando as legítimas expectativas de progressão na carreira das pessoas que efetivamente exercem essas funções, não permitindo garantir qualquer estabilidade profissional a pessoas que estão em regime de substituição muitas vezes há também dezenas de anos. Esta é uma situação causadora de desigualdade e que veríamos com bons olhos que fosse resolvida. Tal medida poderia ser a perda do lugar de origem num dos seguintes casos: quando a ausência do lugar de origem for superior ao tempo de serviço nesse lugar e no momento em que os períodos de ausência perfaçam cumulativamente cinco anos nos dez anos anteriores a tal momento.

A JSD acredita que o caminho para um País mais desenvolvido passa por uma cultura de rigor, de exigência e de mérito. Implementar tal cultura implica a criação de regras que reflitam estes princípios. Tais regras são necessárias introduzir para que as organizações na esfera do Estado possam funcionar melhor. É importante para o funcionamento saudável das instituições a criação de um conjunto de normas que não sendo cumpridas impliquem perda de mandato ou de cargo, como o cumprimento estatutário e ou regulamentar da apresentação atempada de orçamento e de prestação de contas. Há momentos, escolhas e prestações de contas que são simplesmente demasiado importantes para poderem ficar esquecidos nas gavetas.

Quanto ao exercício de funções em órgãos de soberania, como a Assembleia da República, face à nobreza e à responsabilidade da atividade, defendemos a aplicação de um regime de exclusividade, com subsídio de reintegração. Ressalvamos que esta opção não implica uma desatualização profissional, pois a formação está obviamente permitida; exige apenas que não deve existir outra organização para quem se trabalha,

enquanto presta uma função ao Estado como legislador e fiscalizador da ação executiva, representando politicamente o povo. Na nossa visão da política como serviço, a função de deputado e representante direto do povo é razão bastante para uma dedicação exclusiva.

## */ Poder Local e Regional*

O municipalismo tem sido uma característica política marcante da história da nacionalidade desde as suas origens. É aliás ao nível mais próximo das populações que a democracia melhor tem funcionado e o sentimento de proximidade dos eleitores aos eleitos mais se faz sentir: não é por acaso que o menor nível de abstenção se verifica nas eleições autárquicas.

Mas este melhor funcionamento democrático não significa que não haja uma reforma a fazer da eleição e gestão autárquica. É por isso importante introduzir importantes alterações neste âmbito. Desde logo é importante que o executivo deva ser mais orientado para gestão efetiva do que para a representatividade das forças candidatas, que deve estar sediada na assembleia municipal. Assim, devem integrar o executivo apenas os eleitos pela candidatura mais votada: “executivos monocromáticos”, mais coesos e orientados para a resolução dos problemas das populações, que respondem perante a assembleia municipal, serão mais eficazes, devendo ser constituídos por vereadores em exclusividade, devendo o número de vereadores dos executivos ser reduzido.

Para reforçar a representatividade de todas as forças candidatas eleitas, as listas candidatas ao município devem ser únicas para o câmara e a assembleia, isto é, da candidatura de uma única lista é eleito presidente da câmara o cabeça-de-lista e vereadores os candidatos seguintes, pela ordem que constam na candidatura, sendo eleitos membros da assembleia municipal os candidatos seguintes àqueles, pela mesma ordem. Devido à imperatividade da exclusividade do mandato de presidente da câmara e vereador, deve ser permitida a renúncia de qualquer eleito apenas ao mandato executivo, passando assim a exercer o mandato apenas na assembleia municipal e sendo substituído no executivo pelo candidato seguinte na lista não eleito para a câmara.

A municipalidade tem ainda uma importância muito grande na descentralização dos serviços prestados pelo Estado: assim, deve a Administração Central, conjuntamente com os municípios prover a racionalização de balcões de atendimento aos cidadãos, criando centros de atendimento concentrado (lojas do cidadão) de serviços estatais,

municipais e de interesse geral, existindo pelo menos um destes centros (lojas do cidadão) em cada município.

O poder local não está completo porém se apenas existir ao nível municipal. As assimetrias regionais são hoje, muito acentuadas. Ao desenvolvimento do interior não bastam boas vias de acesso rodoviária, faltando hoje uma estratégia definida de resposta ao problema por muitos identificado. O interior não tem de se desenvolver apenas por uma questão de justiça, mas porque tem concretamente boas condições para ter um desenvolvimento a par do litoral, desde que bem aproveitado. Contudo, as políticas desenhadas têm na sua grande maioria, falhado. Hoje, acreditamos numa maior autonomia regional, desconcentrando competências, descentralizando serviços, desburocratizando sempre que possível, estudando os níveis de competências a atribuir quer às sub-regiões ao nível das NUT III, quer ao nível das regiões NUT II. Acreditamos aliás que a transferência de maiores responsabilidades para o nível municipal, sub-regional e regional será um bom princípio, possibilitando melhores processos de decisão e execução, melhor adequação dos procedimentos, que resulte de um conhecimento de proximidade que só as comunidades locais e regionais detêm. A participação democrática deve assim ser reforçada ao entregar às comunidades, no respeito por um princípio de subsidiariedade, as decisões sobre o seu próprio destino.

O diagnóstico está, *grosso modo*, feito e o desenvolvimento do interior tem sido uma das bandeiras das eleições de carácter nacional de há vários anos para cá, transportada por vários partidos diferentes; contudo as soluções têm até hoje fracassado. O próprio plano estratégico para o desenvolvimento do interior tem de ser feito principalmente pelas pessoas e organizações do interior, públicas e privadas, pois são estes que conhecem os pontos fortes do seu território. O interior não é nem pode ser um parente pobre, onde vivem cidadãos de segunda. O interior do País é um território cheio de potencialidades e oportunidades, que em certos casos está a ser muito bem aproveitado pela iniciativa privada, em áreas como a agricultura (que tem mostrado uma dinâmica muito interessante nos últimos anos), as florestas e o turismo. Sabemos da importância do papel do setor público na criação de condições para as pessoas e para as organizações, mas acreditamos que a criação de riqueza e o desenvolvimento do interior será feita pela iniciativa privada que vai conseguir aproveitar da melhor forma tudo o que o interior tem para oferecer.

## */ Justiça*

Questão essencial de reforma do regime democrático em que vivemos é o estabelecimento de um pacto para a área da justiça que possa corrigir as imperfeições

reveladas nos últimos 40 anos. Uma justiça lenta não é justiça. Uma justiça cara não é justiça. E uma justiça que não esteja assente nos direitos, liberdades e garantias que a Constituição prevê e uma democracia avançada como a que defendemos exige, não é de todo, justiça.

No momento em que Portugal assume o mandato para que foi eleito na Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, é indispensável analisar-se o quão aquém está internamente no cumprimento dos direitos humanos, começando pelo sistema prisional.

Cada recluso, sem prejuízo das limitações penais que lhe são impostas tem uma dignidade humana inalienável e é sujeito de direitos fundamentais que cumpre ao Estado garantir-lhe. Uma medida que a JSD propõe é a imperatividade de um recluso ser assistido e patrocinado por advogado durante todo o cumprimento da sua pena, com especial incidência em todos os atos processuais que afetam a execução da pena, não se limitando quase apenas às situações de decisão sobre infrações cometidas durante o cumprimento da pena, em especial nos momentos que determinam o desenho do seu plano individual de readaptação e nos momentos de decisão sobre a colocação em liberdade condicional previstos no código de execução de penas e medidas privativas da liberdade.

No que às normas de direito substancial diz respeito, é importante fazer uma profunda reflexão sobre as mudanças na perceção social sobre determinadas ações nas últimas décadas: não podemos ignorar as aspirações que vêm sendo periodicamente reclamadas de legalização e regulamentação de profissões do sexo, até por razões de saúde pública, bem como a possibilidade de legalização de uma ou duas drogas leves hoje proibidas, que possam promover o afastamento das demais, muitas vezes com efeitos nocivos muito mais agravados; ao mesmo tempo, temos de olhar para as novas relações sociais e familiares existentes, adaptando a legislação civil, sobretudo no que aos regimes supletivos diz respeito, de forma a facilitar a vida quotidiana dos cidadãos; também a introdução de medidas de aproveitamento social da propriedade não podem ser ignoradas, quer por razões de índole urbanística, quer por razões de eficiência económica, sobretudo quando estamos perante imóveis devolutos por razões de insolvência ou herança indivisa que se arrastam anos a fio pelo sistema de justiça.

Reafirmando o direito das crianças e jovens menores ao desenvolvimento da sua personalidade em condições de crescimento saudável não apenas intelectual mas também afetivo e preferencialmente em ambiente familiar, e negando a existência de um direito à adoção – que não existe no adotante; a adoção é um instituto ordenado para o superior interesse do adotando! -, discutiremos se o sexo dos cônjuges deve ser no processo de adoção um requisito eliminatório legalmente previsto, ou antes ser

uma característica concreta que cumpre aos serviços competentes atender aquando da sua avaliação caso a caso em cada processo de adoção.

Quanto às normas adjetivas e às questões de legística, defendemos que deve ser realizado o trabalho já legalmente previsto de consolidação da legislação em vigor, bem como devem ser realizados debates a partir da comunidade jurídica e dos operadores de justiça, que permitam uma revisão das normas processuais vigentes nos diversos ramos do direito, no sentido de uma decisão jurisdicional mais célere, eficiente e justa, que não aliene o cidadão do direito de justiça mas através do qual ele possa de facto exercer os seus direitos fundamentais.

## PORTUGAL E OS PORTUGUESES NA EUROPA E NO MUNDO

---

O regime político e social que vivemos em Portugal é o resultado de dois momentos-chave da nossa democracia: a revolução dos cravos e o pós 25 de abril e a adesão de Portugal ao movimento de integração europeu. Uma vez estabilizado politicamente o país no período pós-revolucionário, o desígnio europeu tornou-se a matriz essencial do nosso quadro político e económico e social, fruto de um vasto consenso que conta já mais de mais de 30 anos e ainda perdura, apoiado pela esmagadora maioria dos portugueses. Tal movimento de integração europeia de que Portugal é o sucessivo resultado de várias agendas para as décadas, concertadas entre os países membros (da hoje União Europeia), que foram década após década definindo metas precisas, caminhos para lá chegar, e calendários a serem cumpridos nacional e comunitariamente. Foi desse entendimento e desse fazer em comum, que advieram o Espaço Único Europeu e o Mercado Único, a Moeda Única, a Cidadania Europeia, e as sucessivas reformas das instituições europeias que tiveram o seu momento máximo na assinatura do Tratado de Lisboa e sendo a mais recente prova do seu sucesso a adesão do 28.º membro à União Europeia.

O movimento de concertação europeu, definindo metas definidoras da própria União perdeu fulgor na última década. O impasse que originou a rejeição referendária da Constituição Europeia em alguns países quebrou o crescendo de integração dos estados membros e, apesar de institucionalmente ultrapassado pelo Tratado de Lisboa, deixou uma lacuna de coordenação que a crise financeira e económica posterior veio intensificar. Esses dois momentos transformaram a estratégia de Lisboa que então estava em vigor num documento secundário no quadro europeu e a estratégia Europa 2020, que sucedeu aquele instrumento apresenta metas minimalistas e pouco ambiciosas se comparadas com aquele fulgor integrativo do início do século.

A União sofreu nos últimos 15 anos vários testes muito rigorosos aos seus princípios fundadores e às suas instituições, sucessivamente reformadas, que foram acompanhados paradoxalmente por uma reorientação nacional dos Estados-Membros ao mesmo tempo que seu deu um reforço silencioso da Europa dos Povos, paralelo à consolidação do mercado e moeda única na Europa.

- ✓ A integração europeia, as Relações Internacionais, Diplomacia, Cooperação e Defesa
- ✓ Instrumentos Laterais de Proteção Ambiental

Num momento em que a Europa caminha para uma crescente integração económica, política e financeira e em que começam a existir várias vozes a defender uma federação de Estados-Nação, é fulcral impulsionar um grande debate sobre o futuro do projeto europeu. A concretização de ideias e projetos para a juventude nacional implicará que exista uma representação ao mais alto nível com as instituições europeias.

O respeito pelos Direitos do Homem, a liberdade, a democratização, e a promoção de um Estado de Direito que assegure os direitos e as garantias são valores pelos quais a JSD irá continuar a pugnar internacionalmente.

Não podemos também, até porque o queremos, não deixar uma palavra para os jovens portugueses emigrados. Também eles são portugueses, e também eles querem o melhor para Portugal. É a hora da JSD ser também capaz de aproveitar a enorme massa cinzenta jovem que Portugal tem pelo mundo, auscultando-os e desafiando-os a contribuírem para Portugal, com novas ideias, identificando boas práticas, dizendo também a estes que Portugal está nas suas mãos. Trabalharemos com as organizações internacionais nas quais nos inserimos como o YEPP e a IYDU, garantindo que a social-democracia portuguesa tem uma voz ativa e pertinente nos trilhos europeus e globais, que não descuramos. Trabalharemos ainda a relação com os países da CPLP, em moldes em construção, por percebermos o potencial cultural e económico da Lusofonia.

## UMA JSD QUE SE RELANÇA 40 ANOS DEPOIS

---

Tendo comemorado neste ano de 2014 os seus 40 anos, desde a sua fundação em junho de 1974, a Juventude Social Democrata tem uma história de contributos positivos a partir das gerações jovens. Em cada momento a JSD procurou sempre ser fiel à sua matriz identitária: ser parte ativa na construção de uma democracia mais aprofundada, no reforço da ação política de um Partido corresponsável pela evolução do Portugal democrático, co-construtor, com os demais partidos do arco da governação, dos sistemas de prestação e proteção social, como os sistema de saúde, de educação, de proteção nas situações de especial vulnerabilidade – desemprego, doença, velhice –, como o salário mínimo nacional (cujo aumento a atual maioria decidiu, após o seu congelamento pelo Governo anterior, em 2010, elevando-o acima do que esse Governo anterior tinha prometido e não cumpriu), entre muitos outros.

Os atuais membros da JSD, e os titulares dos seus órgãos, são assim honrosos herdeiros de um passado que muito nos orgulha, mas também responsáveis no labor da ação política que nos cumpre realizar hoje: a partir das novas gerações, propor para o País caminhos de futuro, que estas mesmas gerações possam cumprir durante as próximas décadas.

Estas novas gerações são as gerações que pagarão a dívida pública que o Estado contraiu e que nos trouxe à situação atual; são as gerações que assumirão a futura responsabilidade de governação do País e que estão desde já disponíveis para participar nas soluções de longo prazo que Portugal precisa. Estas são as gerações que farão o teste aos sistemas do Estado Social, reformando-os para níveis de sustentabilidade a várias décadas ou assistindo ao seu infeliz fracasso; estas as gerações que testarão o nosso sistema político, reinventando-o, sob pena de degradação do sistema democrático em que vivemos, que historicamente é o prenúncio de períodos de retrocesso político, social e civilizacional na História das nações.

Eis a razão pela qual a JSD não se permite abordar na sua ação política apenas um conjunto de temas mais orientados à juventude, como muitos prefeririam. Sem descuidar as preocupações presentes das gerações jovens, e das respostas essenciais que lhes cumpre dar hoje para que amanhã possam estar prontas para assumir os desígnios políticos, sociais e económicos do País, o horizonte que a JSD, hoje como no passado, fita é a visão que temos de um Portugal por construir; um Portugal melhor, com futuro, com desenvolvimento económico e coesão social; um Portugal profundamente democrático, fortemente enraizado no conhecimento, na ciência e na

cultura como motores sociais, com sistemas públicos de garantia dos direitos de todos os cidadãos – as liberdades ditas de 1.ª geração, mas também os direitos económicos, culturais e sociais e os direitos globais (paz e segurança mundiais, direitos humanos como realidade universal e sustentabilidade ambiental).

A nossa JSD é uma JSD que estará todo o mandato numa postura de construção partilhada e horizontal, imbuídos de um espírito renovador e de proximidade com as estruturas regionais e locais. A estrutura nacional não faz qualquer sentido sem os restantes níveis territoriais, ou por outro lado, a JSD é só uma, a de todos os militantes. Por isso, e porque uma JSD mais capaz é necessariamente uma JSD que cumprirá mais eficazmente os seus desígnios, faremos da formação política uma aposta, não só da estrutura nacional, mas promoveremos com as estruturas regionais uma estratégia de formação política e de cidadania descentralizada. Esta ambição, de caminhar não à frente, mas ao lado das estruturas regionais, dará também espaço a estas para intervirem na definição da estratégia política nacional, e poremos em prática medidas que garantam uma informação atempada das posições e atividades.

Paralelamente, acreditamos que a JSD tem de ser uma estrutura ágil, e de contacto constante com as organizações da sociedade civil, nomeadamente as que mais corporizam os interesses e preocupações dos jovens. Uma estrutura, que enquanto plataforma, ausculta e transporta as preocupações e reivindicações desta geração, qualificada e cosmopolita. Esta relação que queremos de confiança com os jovens e as estruturas que os representam, será, do nosso ponto de vista, fundamental para a estratégia que ambicionamos colocar em prática para as eleições legislativas de 2015. Teremos nesta relação uma via de dois sentidos, de forma responsável comunicando ao PSD as reformas que os jovens ambicionam, mas também envolvendo tanto quanto possível os jovens portugueses no projeto que desenharemos para Portugal.

Terminar, garantindo que a JSD está a trilhar um caminho de construção séria de propostas políticas, evitando o caminho fácil do debate mal preparado. Acreditamos num debate político construído necessariamente em cima de uma boa fundamentação técnica das propostas que apresentaremos. É esta a JSD que nos propomos construir. Uma JSD que faz as perguntas difíceis, mas que também tem a capacidade de apresentar propostas frescas, repensando os sistemas, inovando nas soluções. Sabemos da dificuldade do desafio. Compreendemos que os problemas e inseguranças dos jovens de 15 são diferentes dos jovens de 20, 25 ou 30 anos. Porque corremos o país de lés-a-lés, e falámos com centenas de jovens, percebemos a heterogeneidade das regiões, e que há diferenças entre o que se passa e o que preocupa os jovens de Trás-os-Montes face aos jovens do Algarve, ou da Madeira ou dos Açores. É este contacto próximo que queremos manter, será também essa a marca do mandato a que nos propomos.



Nestas páginas podes compreender a JSD que queremos fazer contigo. Portugal nas tuas mãos!

## SÍNTESE

---

É esta a visão que temos, nascida da nossa própria reflexão e da colaboração de todos com quem nos encontramos pelo país, na construção deste projeto de futuro e de liberdade não para a juventude portuguesa, mas de jovens portugueses para o país.

Creemos na liberdade individual, cremos na capacidade de Portugal se regenerar e relançar a nossa democracia como caminho para um país com lugar para todos, solidário e moderno, em que a mudança começa no momento em que nos levantamos e dizemos: “Presente!”

Esta disponibilidade é tão mais importante quanto a importância dos próximos dois anos, em que o Portugal terá a oportunidade de eleger uma nova Assembleia da República e um novo Presidente da República, órgãos de soberania nacional. Estas eleições exigirão o melhor de nós, JSD, no sentido em que a nossa intervenção, quer pela disponibilidade de presença no território, quer pela qualidade na nossa intervenção, seja em campanha eleitoral, seja na definição programática do programa de governo com que nos apresentaremos às eleições, é absolutamente crucial. Contamos com todos vós para garantir um futuro sustentável, com qualidade de vida, longe do jugo de instituições financeiras externas, longe da bancarrota, e sem fazer vergar as próximas gerações sob o peso de uma dívida insustentável e injustificável.

Nenhuma sociedade desenvolvida se faz sem um povo comprometido com uma reforma contínua do seu país, caminhando no sentido da verdadeira liberdade, que não se atinge sem o mínimo para uma existência condigna. No final de 2014, é na intervenção cívica e política estruturada, numa revolução cidadã, com os partidos, em que cremos, questionando o existente e rejeitando responsabilmente a posição dos jovens enquanto um estágio seguinte à infância, em que por vezes nos querem encostar, pelo contrário, querendo assumir uma posição que é nossa, a de geração qualificada, competente, exigente, interventiva. Não queremos que o regime democrático entre em falência, ou que caia por desacreditação total da população. Posicionamo-nos como reformistas continuamente insatisfeitos, e é essa a nossa maior força, a força da insatisfação, da não resignação com o estado do país! Um Portugal melhor está nas tuas mãos!